

999963

214ª. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 2012, na sala de reuniões do CAP em Paranaguá – PR, às 09h30min, sob a presidência do **Sr. Antonio Alfredo Matthiesen**, reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária (CAP) do Porto de Paranaguá, com a presença dos Conselheiros: Airton Vidal Maron, José Baka Filho, Ivany Marés da Costa, Luiz Teixeira da Silva Junior, Daniel Francisco Dias Filhos, Angel Millán Lázaro, Persio Souza de Assis, Sandro Flores Monteiro, Marco Aurelio Chapaval, Carlos Antonio Tortato, Joaquim Medeiros Chianca Fernandes, Orlei de Souza Miranda, Maria do Socorro de Oliveira, Claudio Fernando Dauth, João Gilberto Cominese Freire, Juarez Moraes e Silva, Alexandre Cruzes e Luiz Antonio Fayet. **Convidados:** CMG (RM-1) Antonio Pacheco – CPPR, Sidney Pinto – Cotriguaçu, Nilson Camargo – FAEP, Argyrus Ikonomou – Presidente do SINDAPAR, Adv. Paulo Zanelato – Membro da Comissão de Direito Marítimo Portuário e Aduaneiro da OAB/PR; **Justificativas de Ausências:** Conselheiros Edson Cesar Aguiar, Lourenço Fregonese, Carlos Roberto Frísoli, e Zulfiro Antonio Bósio. **1. ABERTURA DOS TRABALHOS** – O **Presidente** deu início à reunião agradecendo a todos pela presença. **2 - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA RELATIVA À 213ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CAP;** **3 - POSSES:** **BLOCO DOS OPERADORES PORTUÁRIOS**, como Representante dos Armadores, Conselheiros **DANIEL FRANCISCO DIAS FILHOS** – Titular e **ANGEL MILLÁN LÁZARO** – Suplente; **BLOCO DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PORTUÁRIOS E AFINS**, como Representante Suplente dos Exportadores e Importadores de Mercadorias, Conselheiro **ALEXANDRO CRUZES**. O **Presidente** parabenizou os novos Conselheiros, desejou sucesso em suas gestões para que possam contribuir efetivamente para os trabalhos do Conselho. Em função dessas novas posses, solicitou que o Bloco dos Operadores Portuários comunicasse oficialmente a Secretaria do Conselho um nome para compor a Comissão Permanente de Infra-Estrutura Portuária em substituição ao Sr. Carlos Alberto Silveira Calvo que era Representante Titular dos Operadores Portuários e Avulsos. **4 - ORDEM DO DIA:** **4.1 - ANÁLISE E APROVAÇÃO DO RELATORIO N.º 002/2012 DA COMISSÃO TARIFÁRIA ORÇAMENTÁRIA E DE INVESTIMENTOS PORTUÁRIOS, ACERCA DA MANIFESTAÇÃO SOBRE A EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSO AO PORTO (OFÍCIO 707/2011-APPA)** - Representante do Bloco dos Operadores Portuários - **Cons. Edson Cesar Aguiar- Relator** que em função de sua ausência, foi efetuada a leitura do Relatório pelo seu Suplente na Comissão, **Cons. Sandro Flores Monteiro** dizendo que a Comissão reuniu-se em 06 de fevereiro de 2012, para análise do assunto acima mencionado, onde concluiu: **1.** A Comissão entende, salvo melhor juízo, não ser atribuição do Conselho a responsabilidade deferida pela APPA, através do seu Ofício n.º 707/2011 de 21/12/2011, posto que o assunto envolve o gerenciamento da manutenção de obras cujo contrato n.º 011/2004, não transitou pelo CAP ou foi avaliado por ele; **2.** Entretanto, diante do que prescreve o Inciso XXI, do Art. 2.º do Regimento Interno, em nome dos benefícios para operação portuária, a Comissão não vê nenhum óbice quanto ao que foi apresentado pelo Ofício supracitado, desde que todo o procedimento para a execução das obras de manutenção, esteja de acordo com as regras estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado e pela ANTAQ, os preceitos legais que regem a matéria, e o valor contratado esteja em consonância com o mercado. Nessas condições, **RESOLVE:** **Recomendar** ao Colegiado a **APROVAÇÃO** da proposta nos termos do Ofício da Autoridade Portuária. **Cons. Fayet** recomendou que a APPA atentasse de um modo especial para um Relatório da ANTAQ no qual a mesma manifestava sua posição com relação ao uso de alguns recursos específicos de tarifa para este tipo de investimento. **Cons. Ivany** esclareceu que a autorização para a execução dessas obras não havia passado pelo CAP, no entanto entendia não ter porque não aprovar a manutenção das mesmas, desde que atendidas todas as exigências legais. O **Presidente** propôs a votação do Relatório n.º 002/2012 da Comissão Tarifária Orçamentária e de Investimentos Portuários **que foi aprovado**

por unanimidade dos Blocos. 4.2 - ANÁLISE E APROVAÇÃO DO RELATORIO N°. 003/2012 DA COMISSÃO TARIFÁRIA ORÇAMENTÁRIA E DE INVESTIMENTOS PORTUÁRIOS, ACERCA DA MANIFESTAÇÃO REAJUSTE DE PREÇOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO TCP PARA O EXERCÍCIO 2012 – Representante do Bloco dos Operadores Portuários - Cons. Edson Cesar Aguiar – Relator, que também em função de sua ausência, foi efetuada a leitura do Relatório pelo seu Suplente na Comissão, Cons. Sandro Flores Monteiro no seguinte teor: A Comissão reuniu-se em 06 de fevereiro de 2012, com a presença dos membros da Comissão para análise do assunto acima mencionado e, **CONSIDERANDO: 1. O Ofício n°. 688/2011-APPA, que encaminhou ao CAP, a proposta de reajuste dos preços dos serviços prestados pelo Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP), a serem praticados a partir da Deliberação deste Conselho; 2. Que a Lei 8630/93, Capítulo VI, Artigo 30, § 1º, inciso VII, estabelece que: “compete ao Conselho de Autoridade Portuária - CAP, homologar as tarifas portuárias”; 3. Considerando os termos do Ofício n°. 053/2012-APPA de 31/01/2012 que informou ter havido um erro de digitação na elaboração da solicitação do reajuste tarifário no “item 5 – armazenagem exportará cheios por TEU/dia ou fração”; 4. A manifestação favorável da APPA, conforme informação anexada ao seu Ofício, **RESOLVE: Recomendar** ao Colegiado a **HOMOLOGAÇÃO** da alteração proposta que passa a vigorar para todos os efeitos legais conforme abaixo: **Item 5 (Armazenagem exportação cheios por TEU/DIA ou fração): 01, 07 dias de franquia, 07 dias em diante R\$ 5,28 e 6,65, o que foi aprovado por unanimidade dos Blocos, com a abstenção do Cons. Fayet. 5 - INFORMAÇÕES GERAIS 5.1 - RELATÓRIO GERENCIAL DA APPA – Representante da Administração do Porto - Cons. Luiz Teixeira** que fez a apresentação do Relatório dizendo ser uma fotografia das operações do Porto de Paranaguá efetuando um comparativo entre igual período do ano anterior. O **Presidente** parabenizou a APPA pela excelente movimentação e em especial ao Cons. Luiz Teixeira pela brilhante apresentação. **5.2 - INFORMAÇÕES ACERCA DO ESTÁGIO ATUAL DOS LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS DO PORTO DE PARANAGUÁ – Representante do Governo do Estado do Paraná e Superintendente da APPA - Cons. Airton Vidal Maron** dizendo que em função do período de férias, não tem nenhuma novidade a informar sobre a questão dos licenciamentos ambientais, além do que já foi relatado na reunião anterior do Conselho. **6 - EXPEDIENTE: 6.1 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO OGMO; 6.2 CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS E RECEBIDAS; 7 - ASSUNTOS GERAIS - Cons. Maron** informou que já foi efetuada a abertura da licitação para a dragagem de manutenção dos pontos críticos do Canal da Galheta com uma previsão contratual de iniciar as obras dentro de 45 dias. **Cons. Angel** em nome dos armadores agradeceu os esforços empreendidos pela APPA, Capitania dos Portos, Praticagem e TCP, quando da atracação do navio Cosco Vietnam em Paranaguá, e que o Porto de Paranaguá está no mesmo nível de outros portos brasileiros. **Cons. Juarez** disse que a tendência na indústria de navegação para os próximos anos serão navios de 350m de comprimento, e hoje, uma das principais preocupações do mercado é com relação aos portos brasileiros que poderão ser considerados de primeira categoria e que serão definidos pelo tamanho dos navios. Ressaltando que as restrições representam tempo e dinheiro para a cadeia produtiva e por estar a alguns anos lutando para licenciar o cais oeste, pode dizer com certeza que o IBAMA não tem capacidade de atender a demanda dos portos brasileiros. Sugeriu a Administração Portuária trazer os projetos de dragagem para a Comissão de Infra-Estrutura do CAP, convidando a Praticagem e Marinha para que juntas possam ajustar as questões, criando um projeto que contemple satisfatoriamente a todas as entidades envolvidas, evitando impedimentos futuros que poderão resultar em perdas de tempo e dinheiro. **Cons. Fayet** em função da posse dos novos Conselheiros, fez um breve histórico sobre a questão da dragagem no Porto de Paranaguá. Disse que o porto sempre teve a preocupação, particularmente no Conselho, de que o conceito de fazer uma dragagem permanente para manutenção da performance de profundidade era o caminho correto, mas em função de oito anos de conflitos e provocações do Governo Estadual, até porque o Porto não tinha projetos consistentes, deixou algumas seqüelas, que a nova Administração Portuária está fazendo um esforço imenso para recuperar o tempo perdido. O**

Porto de Paranaguá pela sua característica econômica não pode deixar de ter um plano permanente de performance de dragagem, e a APPA tem que caminhar para a adequação à nova chamada indústria da navegação, dos novos conceitos de navios. Concorde com a sugestão apresentada pelo Cons. Juarez, acredita que a APPA tem que promover consultas públicas informais, para que a exemplo de outros portos, a Autoridade Portuária apresente suas idéias e solicite contribuições porque isso certamente poderá trazer benefícios imediatos. Informou sua participação acompanhando o Ministério da Agricultura, em uma reunião realizada em janeiro próximo passado, com uma área do Governo Federal que está tratando do projeto da IMO das Nações Unidas, para criação de uma taxa sobre fretes no mundo inteiro, para criar fundos de compensação e fundos para financiamento de reestruturação do sistema de navegação para redução do efeito estufa. Tendo em vista ser uma taxa sobre fretes e que vai ter um impacto muito grande nos custos logísticos, conclamou a todos os Conselheiros que transmitissem as entidades por eles representadas, para que se juntassem em uma mobilização política para impedir essa taxa, até porque existe a constatação de que esses fundos das Nações Unidas tem sido permanentemente fraudados, inclusive existe a discordância no âmbito da CNA com relação a utilização desses fundos. Outra informação que passou para o Conselho e que também espera a participação das entidades representativas, é de que existe uma mobilização política para eliminar uma taxa que a Secretaria do Patrimônio da União - Portaria 24, quer impor sobre a lâmina d'água frontal aos terminais portuários, com a alegação que é um Patrimônio Público e que considera ser mais um atentado contra os esforços para reduzir os custos no Brasil. Solicitou da APPA informações sobre quais projetos estão sendo trabalhados para a repotencialização do Corredor de Exportação. **Cons. Maron** informou de sua participação em uma reunião na SEP onde teve a grata satisfação de tomar conhecimento de estudos efetuados pela Universidade Federal de Santa Catarina, mostrando a tendência de Paranaguá em aumentar significativamente a exportação nos próximos anos e, portanto a necessidade em efetuar urgentemente investimentos para atender a demanda. Durante a reunião, a APPA fez apresentação dos seus projetos de ampliação e que foram plenamente vistos por todos como satisfatórios. Lembrou que esses projetos foram definidos pelo corpo técnico da APPA, que com a experiência conjunta de todos saiu a frente de todo o sistema. Passou a palavra para o Sr. Paulo Scalco coordenador do projeto de repotencialização do Corredor de Exportação, que informou que a ampliação da capacidade de exportação de granéis sólidos do Corredor está sendo trabalhada junto ao Governo Federal em duas frentes, com um projeto executivo que já está pronto, em formato de "T", com capacidade para quatro berços novos para granel, projeto calculado com propósito múltiplo, de acordo com as necessidades futuras do porto, e que já foi aberta rubrica orçamentária na União e deverá ser incluído nos próximos dias no PAC. Outro é repotenciar a capacidade dos berços existentes, com a troca do Ship Loader, inclusive informou que Paranaguá é o único porto brasileiro a apresentar projetos desta magnitude. **Cons. Claudio** disse que a questão do espelho d'água realmente é uma questão muito importante, porque é extremamente danosa, e que só irá encarecer ainda mais a logística brasileira que faz parte de uma situação que vem se agravando ano após ano. Espera que a ABTP consiga sucesso na ação de inconstitucionalidade que está ingressando. **Cons. Baka** parabenizando ao corpo técnico da APPA pelas boas notícias trazidas, disse que o que espera de todos é que com a mesma vontade e intensidade de interesse sobre os acessos marítimos, tenham a mesma preocupação com relação aos acessos ferroviários e terrestres. Lembrou que a cidade hoje conta com duas vias de acessos terrestres que são: Av. Bento Rocha, estadual e Av. Ayrton Senna, federal e que segundo a Defesa Civil se não houver nenhuma medida na Av. Bento Rocha, única via de acesso ao Pátio de Triagem, a mesma será interditada nos próximos dias. Portanto, conclamou a APPA e ao CAP para que encaminhem correspondência ao Governo do Estado e DNIT, para que elaborem imediatamente os projetos para execução inicial dos dois viadutos, um sobre a rótula do Parque São João que corta a Av. Atilio Fontana e outro sobre o desvio para o Pátio de Triagem. Destacou a necessidade imediata de uma comprovação de esforços para que o governo estadual determine a Ecovia que como

Concessionária desse trecho efetue essas obras. Disse que além da necessidade de fazer imediatamente esses dois viadutos, há a necessidade de adequar a Av. Bento Rocha e iniciar o projeto para o terceiro acesso ao Porto de Paranaguá, lembrando que já está na hora do Porto de Paranaguá incorporar a área do Imbocuí, que cabe oito novos berços. Lembrou também que Paranaguá é a quinta cidade na produção de riquezas do estado, graças à atividade portuária, já que é uma cidade composta por diversas empresas com alta lucratividade, mas que sonem impostos para o Município. Portanto, esse conjunto de medidas que serão adotadas para que o Porto de Paranaguá se adapte a demanda futura, deverão ser tomadas de imediato, e a questão das vias acessos sem dúvida é uma delas. **Cons. Sandro** corroborando com o **Cons. Baka** sobre a manifestação por escrito do CAP, junto aos órgãos governamentais, solicitou aos Conselheiros Representantes do Bloco dos Trabalhadores para intervirem no sentido de mediar a questão da paralisação do Sindicato dos Estivadores de Paranaguá. O **Presidente** dizendo que o CAP está à disposição para colaborar no que for preciso, lembrou inclusive de outras ocasiões em que já o fez. Informou que estará encaminhando correspondência às autoridades estaduais, **conforme aprovado pelo Conselho**. Nada mais havendo a tratar agradeceu a todos pela presença e encerrou a 214ª, Reunião Ordinária, tendo sido lavrada a presente Ata, que vai assinada por todos os Conselheiros, tão logo aprovada.

Conselheiros:

Antonio Alfredo Matthiesen 

Airton Vidal maron 

José Baka Filho 

Ivany Marés da Costa 

Luiz Teixeira da Silva Junior 

Daniel Francisco Dias Filhos 

Angel Millán Lázaro 

Persio Souza de Assis 

Sandro Flores Monteiro 

Marco Aurélio Chapaval 

Carlos Antonio Tortato 

Maria do P. Socorro de Oliveira 

Orlei de Sousa Miranda 

João Gilberto Cominese Freire 

Joaquim M.Chianca Fernandes 

Alexandro Cruzes 

Juarez Moraes e Silva 

Luiz Antonio de Camargo Fayet 